

Sobre o silenciamento feminino no conto “Telhado quebrado com gente morando dentro”, de Jarid Arraes

Andre Rezende Benatti* 

Victoria Nantes Marinho Adorno** 

No Brasil, a presença das mulheres em espaços políticos, profissionais e educacionais tem sido conquistada com dificuldades e muitos preconceitos. No âmbito político, ainda é muito difícil, fato esse que poucas mulheres conseguem ascender nesses postos, e as que conseguem, muitas vezes, acabam por se tornar porta-vozes do patriarcado. As mudanças encontram barreiras nas estruturas de dominação, como explicita Eurídice Figueiredo (2020), pois todas as ações e falas femininas “precisam” de uma aprovação masculina para serem consolidadas, faladas publicamente e sujeitas à aceitação social. O papel da mulher, aos olhos de uma sociedade tradicional, seria a famosa frase “bela, recatada e do lar”, lançada em 2016, para se referir à ex-primeira-dama, Marcela Temer. A frase, com sentido aterrozante, retrata situações do passado e que ainda permeiam os dias atuais, como: a obrigação das mulheres cuidarem exclusivamente dos lares, estarem bonitas e sempre dispostas a “servirem” os prazeres sexuais de seus maridos mesmo contra sua vontade, mulheres que ganham salários maiores que os homens ou quem tenham um cargo mais alto tornam-se uma afronta. Em 2016, tal frase foi sinônimo de glória para famílias tradicionais e estarecimento para mulheres que buscam sua própria valorização nos espaços públicos.

Percebe-se que, na transmissão familiar, as mulheres têm o papel de mantenedoras funcionais, na ordem patriarcal, com funções estipuladas pelo domínio masculino, ou seja, realizam ações em favor do bem familiar. Os discursos de mulheres “tradicionais”, criadas no âmago do patriarcado, que tentam combater o feminismo são enigmáticos, pois defendem o papel das mulheres como seres submissos, sem vontade e opinião, tendo a função exclusiva da servidão. Como revela Bourdieu, “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais.

* Doutor em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: andre_benatti29@hotmail.com.

** Mestranda em Letras na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: nantes29victoria@gmail.com.

O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até desprezo sistemático” (2010, p. 46). As mulheres intituladas “modelos” dos bons costumes continuam a ser preconceituosas, sexistas, repetitivas nas ações. Essas mulheres “honrosas” acabam favorecendo o discurso machista, que preza pela família tradicional e prefere não enxergar os machucados na alma de outras mulheres espalhadas mundo afora. A libertação dos costumes e a educação sexual, a partir dos anos de 1960 no Brasil, provocou mudanças no comportamento das mulheres. De acordo com He-loísa Buarque de Hollanda,

as reflexões sobre as questões da mulher [...] começam simultaneamente à formação do ativismo feminista nos anos 1960-70 com os chamados “grupos de reflexão”. Na realidade, esses eram grupos de conscientização. Eles são citados invariavelmente pelas ativistas como um marco, um primeiro momento de reconhecimento estratégico e troca sobre as questões relativas à condição das mulheres (HOLLANDA, 2019, p.11).

Nos “grupos de reflexão”, orientados por relatos de experiências no exterior, a partir do contato com feministas estrangeiras e suas reflexões teóricas, discutiam-se como eram violentas as questões relacionadas à vida política, doméstica e profissional das mulheres brasileiras. Bourdieu, ao tratar da violência simbólica, demonstra a força e a relevância em compreender as relações de dominações, e pretende comprovar que estas estruturas são “produtos de trabalhos incessantes de reprodução [...] instituições, família, igreja, escola, estado” (2010, p. 46), que tendem a naturalizar pensamentos e formas de comportamento que auxiliem na manutenção do poder de tais grupos.

Desde os anos 1930, por meio da luta pelo voto, as mulheres conseguiram grandes conquistas, mas apesar desses avanços, o corpo da mulher continua sofrendo com ações impostas pelo machismo estrutural. Seja pela objetificação do corpo, a fim de satisfazer os desejos masculinos, a concepção do corpo frágil que não irá reagir à violência física e sexual, e até mesmo o modelo de corpo a ser seguido. Essa ausência de autonomia da mulher em relação ao seu corpo concebe a necessidade de reconstrução e adequação, desaparecendo o real e construindo um padrão. O patriarcalismo impõe a instituição masculina, e, com ela, seus costumes e estruturas sociais, sejam eles estabelecidos por leis ou a partir de ações culturais assimiladas por uma comunidade. Elódia Xavier afirma que:

O patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles. A autoridade do patriarca sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo (XAVIER, 1998, s.p.).

A autoridade ainda continua sendo atribuída ao homem. O patriarcalismo é uma ideologia imposta ao longo dos séculos. A sociedade, no decorrer dos anos,

oculta o rigor do patriarcado sob o pretexto de amparar o regime democrático, no qual, em teoria, todos possuem voz, porém, na prática, a voz da mulher é pouco ouvida. A estrutura patriarcal tem se aprimorado de modo que a comunidade não perceba a atuação dessa ideologia, mas com o atual governo e seus apoiadores, torna-se possível observar essa encenação. O patriarcado utiliza como arma ideológica os princípios de inferiorização impostos e assimilados com muita naturalidade por uma parte da sociedade, a exemplo das mulheres que aceitam tal imposição e acabam por sentir gratidão. O homem dominante utiliza diversos artifícios para que as mulheres se mantenham no lugar de domínio e submissão. Assim, o patriarcado resulta em diferentes formas de violência: o feminicídio, a autodestruição, entre outros.

Entre a violência física e simbólica, os atos são sempre marcados pela brutalidade e a pressão psicológica e, com essas, os “homens dominadores” atuam sobre suas companheiras. Saffioti (1999) afirma que essas ações constituem um crime “passional”, originado entre a fronteira tênue da integridade da mulher e sua sujeição ao homem. Atos violentos não deixam de ser agressivos e destruidores só porque o ciúme foi maior que a paixão, porque a raiva temporária tomou lugar do relacionamento de anos ou porque o desejo sexual foi maior que o respeito. A Lei Maria da Penha, por exemplo, sancionada em 2006, ainda não garante o direito à liberdade para mulheres ameaçadas por seus maridos ou ex-companheiros, fato esse que contribui para o aumento anual do feminicídio¹. A falta de proteção é um dos fatores que contribuem para o desencorajamento de muitas mulheres para efetuar a denúncia.

Lia Machado evidencia que em quase 77% de mortes em decorrência da violência, o crime é antecedido de agressões físicas e abusos sexuais, “os feminicídios são ‘domésticos’ e se traduzem no ponto final dessa violência doméstica cotidiana” (MACHADO, 2006, p. 15). A violência não ocorre somente entre casais ou ex-casais, muitas adolescentes sofrem abusos ao estarem andando na rua, outras são estupra- das por membros da própria família. Desde o século XIX, a literatura registra os horrores da violência simbólica e física, e nos permite observar através da representação da sociedade, como a violência sustenta o patriarcado e a dominação masculina. Do casamento feliz ao assassinato brutal, a honra prevalece na barbárie.

A literatura de autoria feminina do século XX questiona os diversos tipos de violências físicas e simbólicas contra a mulher, visto que as obras de literatura feminista são construídas pela capacidade de o narrador revelar sutilmente a violência psicológica que as mulheres passam. Nesse tipo de ficção, a violência é descrita pela prática abusiva física, emocional e sexual e as obras mostram esses abusos

¹ O feminicídio é todo homicídio praticado contra a mulher por razões da condição do gênero feminino e em decorrência da violência doméstica e familiar, ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).

praticados por familiares. Toda violência tem como consequência desgaste emocional e, “qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente” (SAFFIOTI, 1999, p. 84).

Diante do exposto, analisamos o conto, “Telhado quebrado com gente morando dentro”, de autoria da escritora Jarid Arraes, utilizando a vertente da crítica feminista, pelas perspectivas da violência e do patriarcalismo. O livro de contos, *Redemoinho em dia quente*, foi divulgado na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) de 2019, evento no qual Jarid Arraes foi oficialmente convidada, depois de participar durante muitos anos de programações secundárias. A obra compõe-se por trinta contos, dividido em duas partes. A escritora apresenta, como personagens principais, mulheres de diferentes idades, contextos e regiões, disponibilizando espaço para uma narrativa que se preocupa com a representação das existências e das relações com o mundo. Ela também retrata a condição de ser mulher, o que possibilita refletir sobre a condição dentro da sociedade.

O conto inicia com a narradora, que não tem o nome mencionado, apresentando sua irmã Juliana e o modo como a relação de irmandade foi construída. A primeira personagem demonstra sua percepção de mundo para uma mulher. “Sempre fomos parceiras, amigas, cúmplices do crime que era ser menina num mundo todo feito para nos dobrar, dobrar e dobrar até que a coluna não aguentasse” (ARRAES, 2019, p. 32). Seu olhar de mundo exprime mesmo no começo de sua adolescência, que ela percebe o papel designado à mulher dentro da sociedade com a ideologia do patriarcado. Pelo contexto do conto, pode-se afirmar que essa frase também se refere ao sentido da mulher como dona de casa, submissa ao marido rígido.

A relação de cumplicidade entre as duas irmãs que vivem no semiárido nordestino é forte. A narradora venera Juliana, conta as qualidades dela como uma menina forte, a mais velha do bairro, a que tinha um corpo bonito e era responsável: “Juliana sempre foi a mais forte. Fazia o tipo mãe de todas. Era a que separava as brigas” (ARRAES, 2019, p. 32). Juliana, que na narrativa conta com apenas 14 anos, em razão das imposições que a sociedade estabelece para o sexo feminino, exerceu o papel e as funções que a sociedade impõe a uma mulher já adulta, como cuidar da casa e da irmã, obrigação também desempenhada pela narradora:

Enquanto ela varria a aguava o chão sem cimento, pra não subir poeira, eu lavava os pratos no tanque que ficava no quintal. Entre as pausas, dançávamos juntas. Eu muito melhor do que ela. Mais baixinha, muito mais magra, com mais cara de piveta, mas melhor forrozeira. Juliana dava risada. Não sei se me deixava ganhar (ARRAES, 2019, p. 32).

No fragmento acima, fica claro que a narradora e Juliana naturalizam os afazeres domésticos. De certo modo, não está incorreto ajudar na organização da casa, mas analisando pelo aspecto ideológico que impõe essas funções somente às mulheres, o papel de arrumar o ambiente familiar expõe o poder masculino e, consequentemente, a submissão da mulher. Socialmente, as mulheres ocupam um lugar

de submissão ao patriarcado e aos homens por intermédio de princípios autoritários, como esclarece Dubar:

A subordinação generalizada das mulheres a um homem (o pai, o marido, os anciãos, os padres, etc.) é detectável. [...] a diferenciação dos sexos que justifica a **divisão sexuada** do trabalho **afasta as mulheres da esfera do poder** e as constitui em grupo distinto ligado à esfera doméstica. Uma vez que essa operação parece a todos, inclusive às próprias mulheres, natural (DUBAR, 2009, p. 77, grifo nosso).

Essa imposição do poder ocorre principalmente pela repetição de um discurso que instala e reforça as regras sociais, o lugar da mulher, essa imposição é compreendida como um regime de poder/discurso com diferentes maneiras de construção de uma linguagem, “o feminino é uma representação no âmbito da linguagem” (BUTLER, 2016, p. 11). Assim como as duas personagens principais são representadas no conto de Jarid, é pela linguagem e falta de falas, posições, discursos, silenciamento, repressão que se limita até onde o papel de cada um vai e, por consequência, representa quem são. Outro fator importante, devido à interseccionalidade, é que o conto se ambienta no interior do sertão nordestino, lugar em que a pobreza é presente, reforçando os lugares de cada indivíduo dentro da sociedade, principalmente o da mulher, que por diversos anos e ainda na atualidade, em algumas famílias, tem a função exclusivamente de “bela, recatada e do lar”. Por seu lado, os homens permanecem com a incumbência de provedores, a voz forte da família, opinião inabalável e ordem suprema. Esses sujeitos, quando têm falas e ações debatidas por mulheres, acabam por exercer ainda mais o poder patriarcal, o discurso machista opressor e o uso de violência física.

No transcorrer da narrativa, fica explícito o interesse sentimental de Juliana pelo filho do marceneiro, Túlio, e o de sua irmã por Gegê. A narradora, embora mais nova que Juliana, consegue desenvolver seu “relacionamento”, tem seu primeiro beijo, por sinal muito comemorado pela irmã mais velha, que faz até um bolo:

Quando consegui meu primeiro beijo com Gegê, Juliana quase deu uma festa, usou parte do dinheiro que juntava, quando trabalhava cuidando do bebê de nossa tia, e fez um bolo de chocolate só pra nós duas. Nunca vou esquecer a tarde daquele bolo, assistindo à Lua de Cristal na televisão enquanto ela não parava de falar de Túlio (ARRAES, 2019, p. 33).

A irmã mais nova, por ter conseguido seu primeiro beijo, mantendo uma relação em andamento com Gegê, viu-se na obrigação de ajudar Juliana com Túlio. A narradora apresentou, como estratégia, a aproximação ao filho do marceneiro, com o único propósito de despertar o interesse dele por sua irmã, ou somente fazer com que o menino beijasse Juliana. Essa personagem sem nome não compreendia

como Túlio não tinha sentimentos amorosos por Juliana, pois a menina de 14 anos era “a mais velha da rua, a mais bonita, a que dispensava até os meninos de outras ruas e outros bairros. Ela gostava só dele. Por que ele não estava convencido?” (ARRAES, 2019, p. 34). Um fator importante, nesse trecho do conto, é a questão corporal de Juliana, o corpo como objeto de comparação feminina e possível objeto de desejo masculino. Naomi Wolf trata em seu livro, *O mito da beleza*, sobre como representações dos padrões de beleza são usadas contra as mulheres, que ao se esforçarem para corresponder ao conceito de estético de beleza de sua época, esperam também determinada recompensa pelo esforço, pela dor, pela violência que tiveram, para corresponder a um imaginário criado que só proporciona crescimento, sucesso, oportunidades e atenção às que atenderem a tal espectro, visto que:

O mito da beleza tem uma história a contar. A qualidade chamada “beleza” existe de forma objetiva e universal. As mulheres devem querer encarná-la, e os homens devem querer possuir mulheres que a encarnem. Encarnar a beleza é uma obrigação para as mulheres, não para os homens, situação esta necessária e natural por ser biológica, sexual e evolutiva. Os homens fortes lutam pelas mulheres belas, e as mulheres belas têm maior sucesso na reprodução. A beleza da mulher tem relação com sua fertilidade; e, como esse sistema se baseia na seleção sexual, ele é inevitável e imutável. Nada disso é verdade. A “beleza” é um sistema monetário semelhante ao padrão ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram (WOLF, 1992, p.15).

A naturalização e aceitação da mística feminina da domesticidade, do mito da beleza, em suma, a submissão da mulher se dá principalmente pelo que Butler conceitua como sujeição: “a sujeição consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação” (BUTLER, 2017, p. 4). A sujeição significa tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito pela produtividade discursiva, no sentido foucaultiano, que coloca o sujeito enquanto iniciado mediante uma submissão primária ao poder, portanto, para Butler, a submissão é uma condição da sujeição. Isso significa que o processo de se “tornar” mulher é condicionado à sujeição a essa imposição:

Entende-se que a internalização do instinto – que ocorre quando ele não se descarrega imediatamente como ato – produz a alma ou a psique em seu lugar; a pressão exercida pelos muros da **sociedade força uma internalização** que culmina na produção da alma – e entende-se que essa produção é a realização artística primária, a fabricação de um ideal. **Essa**

fabricação parece tomar o lugar da promessa, a palavra efetivada como ato, e surgir na condição de que a promessa tenha sido quebrada. Mas recordemos que a execução do ato não se deu sem suas fabricações: um dos efeitos da promessa é produzir um “eu” que possa responder por si mesmo ao longo do tempo. Assim, a fabricação desse “eu” é o resultado paradoxal da promessa. O “eu” assume uma continuidade com seu ato, **mas é o próprio ato que, paradoxalmente, cria a continuidade de si mesmo** (BUTLER, 2017, p. 62, grifo nosso).

Desta forma, surgem alguns questionamentos também em relação ao silenciamento das personagens. Por que Juliana não conversou com Túlio? Por que a narradora não informou sua irmã sobre as tentativas que fazia para que Túlio sentisse algo por Juliana? Indagações que trazem a percepção da existência de sentimento incompleto de ambas as partes. De um lado, Juliana que não conseguia expor seus sentimentos para o desejado menino; do outro, a narradora que não percebeu que suas tentativas de aproximar Túlio e Juliana eram falhas, e induziram o menino a se aproveitar da situação. No decorrer da narrativa, esse silêncio traz consequências que deixaram ferimentos na vida das duas, principalmente na da Juliana. Diante das diversas tentativas da narradora em convencer Túlio a sentir “amor” por Juliana, por meio das conversas diárias, essa proximidade fez com que o filho do marceneiro se achasse no direito de responder de forma indecente à irmã mais nova. A narradora fica sem ação para o retorno depravado:

Em vez de uma resposta, de qualquer resposta, Túlio tirou o pinto pra fora. Olhei rápido, mas fiquei congelada. Nunca tinha visto um pinto, só nos livros da escola e mesmo assim eram desenhados, não eram fotos. Essa era a primeira vez, era o de Túlio, **de repente, era errado, tudo errado, eu me sentia mal. Eu mantive segredo.** (ARRAES, 2019, p. 34, grifo nosso).

Em uma sociedade regida pelos princípios do patriarcado e convicções machistas, na qual os homens, em sua grande maioria, são ensinados a objetificar a mulher, esse acontecimento torna-se “normal” e não poderia ser diferente, considerando-se todos os fatores que o envolvia. A objetificação da mulher e o falocentrismo são causados, principalmente, pela segregação em nossa sociedade diante dos órgãos genitais. Bourdieu (2010) pontua que o mundo social contribui para o fortalecimento da construção da divisão dos trabalhos, que são atribuídos para cada indivíduo, de acordo com o seu órgão genital. Por isso, o espaço de cada pessoa dentro do grupo estará ligado ao seu corpo. Nesse sentido, os traços biológicos determinam os seus papéis sociais, em que a diferença do corpo feminino para o corpo masculino vai definir a sua posição social, justificada pela diferença atribuída para cada gênero. Nesse viés, os espaços públicos se tornam monopólio dos homens e as mulheres são renegadas aos espaços privados.

Túlio, por ter 16 anos, pressupõe que tenha mais maturidade que Juliana, de 14 anos. Talvez, uma das possibilidades do silêncio e da ação do menino naquele momento, possa ser o interesse por ela, que se configura como pretensão sexual e,

mais uma vez, há a presença do silenciamento como resposta para os questionamentos da narradora, visto que o “congelamento” da narradora não externa sua indignação naquele momento. Nesse sentido, Peter Burke afirma que:

[...] há inúmeras possibilidades de entender os silêncios, que podem ser longos ou curtos [...] variam tanto em qualidade quanto em quantidade [...] naturais ou culturais [...] voluntários ou forçados [...] espontâneos ou estratégicos [...] cálidos ou frios [...] normais ou patológicos (BURKE apud FERREIRA, 2015, p.66).

Depois do acontecido à Juliana, há um entendimento que Túlio agiu daquela maneira para afastá-la, quando a intenção era oposta, já que, no bairro, ele era conhecido por ficar com todas as moças. Caso a narradora tivesse a compreensão dessa informação, teria sido diferente sua forma de tentar juntar o possível casal? Não, pois, mesmo sabendo, ela insistia:

Um recado, um “se toca”, um “me deixe quieto”, já que todo mundo dizia que Túlio queria ficar com todas. Mas eu queria lhe mostrar o contrário, queria provar pra ele mesmo que, no fundo, ele gostava muito da minha irmã. Eu só estava errada, e, apesar de **temer o pensamento de que ele pudesse repetir aquele dia**, estava sendo muito insistente, **indo atrás demais**, batendo demais na porta, ficando demais na calçada, e já não tinha Gegê pra ficar de beijo. (ARRAES, 2019, p. 34, grifo nosso).

Mesmo após esse ocorrido, a narradora continua tentando, fato esse que deixa Juliana extremamente irritada, como se observa no trecho:

Então Juliana explodiu. A culpa era minha. Túlio não queria nada com ela porque eu estava sempre me oferecendo. O que ela não entendia era como Túlio **podia preferir uma piveta magra e raquitica, sem peito, sem bunda, que nem maquiagem usava, em vez dela** (ARRAES, 2019, p. 34, grifo nosso).

A narrativa deixa pressuposições às indagações da discussão, na qual Juliana considera que sua irmã influenciou na perda de seu amor e estava traindo seu elo familiar, mesmo não sabendo que Túlio a havia assediado. O tom, aparentemente agressivo de Juliana, fez com que a narradora nada dissesse diante das acusações. O silêncio foi utilizado como forma de comunicação, seja por concordância, discordância seja por repreensão. Essa concordância e repreensão, no silêncio, pode ser verificada no trecho:

Não posso dizer que brigamos, porque eu fiquei o tempo todo calada. Deixei que minha irmã me xingasse e fizesse de mim o pano que ela usava para molhar a terra do chão da nossa casa (ARRAES, 2019, p. 34).

Conforme Bastos (2019), o silêncio das irmãs, nesse caso, não pode ser interpretado como a autonomia pelo não uso da palavra em situação de um conforto liberto, embora tenha na prática, a mesma forma. A ausência de palavras, vista como um espaço em branco do discurso, deve ser tomada por sua natureza anterior, analisada em suas razões. O silêncio não é autônomo quando se impõe uma barreira à manifestação da voz: é repressão e violência. Ante tal situação, foi aplicado o questionamento de Gayatri Chakravorty Spivak “Pode o subalterno falar?”, que, no caso das personagens, além do fato de serem mulheres, são periféricas e racializadas, o que causa um silenciamento e exclusão maior. Elas são invisibilizadas e expropriadas de qualquer possibilidade de representação, silenciando. Assim, elas preenchem todos os requisitos que lhes conferem a condição de subalternidade: a da pobreza, a do gênero, a da cor, que faz com que a mulher negra permaneça em um lugar periférico que é marcado não só ideologicamente, mas também pela linguagem (SPIVAK, 2010).

Como reflete Butler, “a representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (BUTLER, 2016, p. 18). Então, “a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2016, p.31). Por sua vez, “o gênero mostra ser performativo no interior do discurso” (BUTLER, 2016, p.56). Assim, mesmo se Jarid não apresentasse as personagens como mulheres, pela construção discursiva ficaria claro o gênero ao qual elas pertencem. A falta de comunicação entre as duas e o silêncio mais uma vez desencadeou diversos acontecimentos. Episódios que são tratados de forma profunda, deixando escapar sentimentos guardados por palavras não ditas, controlados pela crítica social. Esse elemento também embasa a problemática do conto. Devido aos obstáculos do silenciamento que Juliana colocou na relação das irmãs, a distância e o desprezo se fazem presentes, como é possível identificar no fragmento a seguir:

No outro dia, acordei com febre. Vomitei o tempo inteiro e cuidei de mim mesma, porque Juliana me ignorou e nossa mãe teve que trabalhar de qualquer jeito. Fiquei no beliche de cima, tremendo, enrolada no meu lençol listrado. Escutava Juliana limpando a casa, batendo as painéis do almoço, ouvindo a rádio na estação que tocava nossas músicas favoritas. A vida dela continuando sem mim (ARRAES, 2019, p. 35).

Convém frisar que, algumas vezes, palavras não ditas corroem a alma, deixando feridas abertas que jamais poderão ser cicatrizadas. O impulso natural torna-se tentativa de atenuar os espaços deixados pelo silêncio, por aquilo que poderia ter falado e evitado consequências dolorosas. As atitudes de Juliana foram pautadas no silêncio, nas atitudes de sua irmã, na falta de coragem em não falar seus sentimentos diretamente para seu “amor”. A narradora, com o decorrer dos dias, melhora de seu estado de saúde, indo passar uma temporada na casa de sua avó. O empecilho silencioso erguido por ambas, cresce conforme os dias passam, cada uma

colocando mais obstáculos na relação de irmãs. Dias após estar na casa da avó, a narradora é surpreendida com a notícia de que sua irmã Juliana estava muito mal, porque ao vê-la só em casa, seu pai havia tentado abusar sexualmente dela:

Só uma semana depois chegou a notícia de que Juliana estava muito mal. Não de doença. Estava muito mal porque nosso pai **tinha tentado alguma coisa com ela**. Aproveitou que ela estava sozinha em casa, de tarde, e quase foi longe demais (ARRAES, 2019, p. 35, grifo nosso).

Para a narradora, pensar em tal ação era aterrorizante, horrível de imaginar. Ressalta-se a incapacidade da irmã mais nova em dizer alguma coisa ou tomar qualquer atitude. Essa falta de coragem é absorvida pelo corpo, fazendo com que ele demonstre a explosão da consciência involuntária, levando-a a expelir o nojo que sentia pela situação que Juliana passou:

Eu vomitei, tive febre de novo. Chorei tanto, não conseguia comer. Fiquei mais magra. **Tenho certeza que encolhi**. E então acreditei na verdade que até hoje carrego, que é a verdade, para mim, mais absoluta (ARRAES, 2019, p. 35, grifo nosso).

A palavra destacada “encolhi” pode ser interpretada como uma metáfora: as mulheres estão sempre se encolhendo para caber nos espaços, para não serem violentadas. Encolher é submissão, precisam ser pequenas até serem nada. Encolhem para que os homens fiquem cada vez maiores, como após “*alguma coisa*” ter ocorrido (perceba aqui também o tabu e o silenciamento da palavra estupro/abuso, também fazem com que essa não seja combatida e a naturaliza). A mãe expulsa seu marido de casa, mas apenas temporariamente: “minha mãe deixou meu pai fora de casa por um tempo, mas depois permitiu que voltasse” (ARRAES, 2019, p. 35). Evidencia-se aqui a fragilidade da mulher que cresceu sem condição de estudo e, conseqüentemente, um trabalho bem remunerado para que conseguisse manter suas filhas.

Deixando claro o domínio masculino e a ideologia do patriarcado, de que a mulher precisa ser submissa, mesmo sofrendo os três tipos de violência mencionados anteriormente: física, mental e sexual. A mulher se destaca como ser impotente e sem direitos. Retoma-se, então, a definição exposta por Elódia Xavier (1998), pois indica de forma explícita e sem nenhuma dificuldade de entendimento, comportamentos passados de geração a geração. A vizinhança soube do acontecido, e o que as mães fizeram? Ordenaram que suas filhas se afastassem de Juliana, como verificado no trecho:

Aí todas as mães da rua **proibiram que qualquer garota fosse amiga de minha irmã**. Eu quis voltar, ser a amiga que ela precisava, mas a vó não deixou. E se meu pai descontasse em mim? Eu não sabia, eu só

queria minha irmã. **Ela precisava não estar só** (ARRAES, 2019, p. 35, grifo nosso).

Num momento doloroso como o que Juliana passou, não ter amigas para conversar, devido aos obstáculos estruturais, como silenciamento, tabu, preservação da moral, vergonha, culpa, sexualização, ela não teve com quem dividir sua dor. Retoma-se a afirmação de Bourdieu (2010), quando argumenta que as mulheres continuam separadas por um coeficiente simbólico. Isso se torna presente na narrativa, pois, ao invés da vizinhança acolher a menina-mulher, ocorre o inverso. Essa declaração do sociólogo francês auxilia no questionamento sobre a realidade social, visto que, a partir dessa alegação, pode-se dizer que não existe irmandade para as mulheres da ideologia de “direita”, que vivem no patriarcado? De certo modo sim, considerando-se que essas mesmas mulheres tradicionais acreditam que a violência ocorre porque algumas “merecem” e alegam que o feminismo é contra a família, voltam-se contra moças-mulheres feridas por homens machistas.

O conto explicita claramente a inversão de valores, não houve tentativa contra Juliana, pois ela estava em casa apenas com seu pai, mas sim, porque em sua casa havia um estuprador. Relativizar o problema não traz benefícios, somente desgasta e aumenta as feridas psicológicas da vítima que, novamente, é obrigada a silenciar em razão da inversão dos valores e da culpa. Por fim, essa soma de silenciamentos resulta no apagamento da existência, que se dá pela não nomeação da protagonista do conto. Pode-se inferir então, que a falta do nome próprio pode partir do pressuposto que o corpo é “existencial” e, aí se encontra a teoria do *Outro*, formulada por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*: a mulher não seria considerada sujeito, carregado de significantes, ela é aquilo que o homem não é, sua existência se restringe ao âmbito do inessencial. Sendo, portanto, sua história, seu corpo definido e apoderado:

Pois, sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra. Eis por que o estudamos demoradamente; são chaves que permitem compreender a mulher. Mas o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela (BEAUVOIR, 2019, p. 60).

Na perspectiva literária, é impossível não lembrar da frase de Virginia Woolf: “Na verdade, arrisco-me a dizer que Anônimo, que escreveu tantos poemas sem cantá-los, com frequência era uma mulher” (2014, p.73). A história, as glórias e os nomes sempre pertenceram aos machos, como diz Simone de Beauvoir, as mulheres são os seus Outros não nomeados, silenciados, submissos e que servem a papéis muito específicos. Apesar de terem se passado 73 anos dessa afirmação da filósofa e de muitas conquistas do movimento feminista, percebe-se que o lugar da mulher ainda é marcado pelo seu sexo e que falta muito para elas ganharem, de fato, nome próprio, um teto todo seu e espaço político de poder.

O conto, em sua essência, refere-se a um grito que foi silenciado por diversas intercorrências, sentimentos, atos e violências. Ler essa narrativa é analisar uma sociedade silenciada pelo domínio religioso e patriarcal, no qual cabe a mulheres fortes, que lutam pelo seu lugar de fala, como a autora Jarid Arraes, dar voz às mulheres silenciadas. A personagem Juliana encontra no silêncio, a força necessária para se refazer, remodelar, se destruir para se reconstruir. Desse modo, o título *Telhado quebrado com gente morando dentro dele* torna-se reflexivo: a alma está quebrada, mas o corpo ainda vive sem ter um teto todo seu, como diz Virginia Woolf, mas ele é deflagrado. O Dicionário de Símbolos remete que:

O telhado simboliza proteção e abrigo. A cobertura ou teto de um local tem uma representação semelhante à cabeça na estrutura do corpo humano. Para os maçons, o telhado é o responsável por proteger os segredos da maior sociedade secreta do mundo, motivo pelo qual a expressão “está chovendo” indica a presença de intrusos na assembleia. **Ele representa, ainda, o feminino** e é considerado um **local sagrado** na medida em que nele é pintado o céu habitado por anjos, nas igrejas (DICIONÁRIO, 2022, s/p, grifo nosso).

Nessa perspectiva, o feminino e o sagrado das mulheres estão sempre quebrados e se quebrando. A mulher, e mais especificamente, a mulher vítima de violência sexual, estará sempre exposta, sempre preocupada, sempre atenta, em estado de alerta. Ela não tem proteção, ela não foi protegida, ela está em constante perigo e sempre vai doer quando uma chuva externa cair sobre quem está morando dentro. Ou seja, toda essa sociedade machista e suas expressões machucarão cada vez que chover algum indício da nossa impotência e do reconhecimento que o mundo sempre pertenceu aos machos, retomando Simone de Beauvoir. Analisados os aspectos do silenciamento, do patriarcado e da violência, foi possível concluir que os elementos aprofundaram a compreensão de mundo das personagens mulheres. O silêncio que elas enfrentam numa sociedade regida por padrões patriarcais, com a predominância da violência como forma de “ensinar” e impor funções sociais específicas e extremamente rígidas, àquelas que nascem e performam o feminino, torna-se um *modus operandi* das personagens representadas na literatura. A narrativa nos conta a história de uma mulher relegada à função de objeto exclusivamente para uso doméstico, sexual e como modelo de aparência. O silenciamento dominante, no conto, reflexo da falta de voz, do conhecimento e do preconceito presente nas relações entre as próprias mulheres, entre a mulher e o mundo, e da mulher como ser consciente, determina o afastamento não só de duas irmãs, mas das mulheres dos seus diretos, da sua liberdade e, conseqüentemente, da sua segurança.

Referências

ARRAES, Jarid. *Redemoinho em dia quente*. Rio de Janeiro: Editora Alfaguara, 2019. E-book.

- BASTOS, Athena de Oliveira Nogueira. “Boca Calada!”: o silenciamento das mulheres como forma de violência na anulação do sujeito de direitos feminino. In: BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra. *Não há lugar seguro: estudos e práticas sobre violências contra as mulheres com ênfase no gênero*. Florianópolis: Editora Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), 2019. p. 158 – 169.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *Dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminino e subversão da identidade*. 11 ed. trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Autêntica, 2017.
- DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS. *Telhado*. Disponível em: <<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/telhado/>>. Acesso em 05. mar. 2022.
- DUBAR, Claude. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FERREIRA, Yvonélio Nery. *Percursos do silêncio: as narrativas de Luiz Vilela/ Yvonélio Nery Ferreira; orientadora Tânia Regina Oliveira Ramos- Florianópolis, SC, 2015. 195 p.*
- FIGUEIREDO, Eurídice. Feminismos e feministas contra a dominação masculina. In.: FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista*. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- MACHADO, Lia Zanotta. “Violência doméstica contra as mulheres no Brasil: avanços e desafios ao seu combate”. In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Cartilha Violência Doméstica - Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica*. Brasília: Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos. 2006, pp. 14-18.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”. In: *São Paulo em perspectiva*. São Paulo: Fundação seade, v. 13, n. 4, oct./dec. 1999, pp. 82-91. Disponível em: <http://www.2oseade.gov.br/produtos/spp/v13no4/v13no4_08.pdf>. Acessado em 08/08/21.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p., 2010.
- WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

XAVIER, Elódia. *Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1998.

Recebido em 28 de abril de 2022.

Aprovado em 3 de agosto de 2022.

Resumo/Abstract

Sobre o silenciamento feminino no conto “Telhado quebrado com gente morando dentro”, de Jarid Arraes

Andre Rezende Benatti

Victoria Nantes Marinho Adorno

O conto “Telhado quebrado com gente morando dentro”, presente no livro *Rede-moinho em dias quentes*, da escritora Jarid Arraes, narra a história de duas personagens mulheres e irmãs que lutam para romper as barreiras do silenciamento, do patriarcado e do abuso sexual. Barreiras essas que, segundo Pierre Bourdieu (2010), são formadas pela violência simbólica que impõe relações de dominação, a fim de criar estruturas de poder. Como explica Elódia Xavier (1998), o patriarcado impõe a organização masculina, estruturas, costumes e padrões sociais para que sejam propagados com normalidade, estipulados por leis ou a partir de ações culturais assimiladas pelo coletivo masculino. Assim, como assinala Heleieth Saffioti (1999), entre a violência física e simbólica, as ações são sempre marcadas pela brutalidade e pressão psicológica para com a vítima. Considerando esses aspectos, objetivou-se analisar o silenciamento, o domínio do patriarcado e a violência, fazendo uso dos estudos de Pierre Bourdieu (2010), Eurídice Figueiredo (2020), Heleieth Saffioti (1999), Elódia Xavier (1998), Lia Machado (2006), Claude Dubar (2009), Simone de Beauvoir (2019), Judith Butler (2016; 2017) e Gayatri Spivak (2010). Por intermédio da reflexão analítica, conclui-se que o silenciamento dominante no conto é um reflexo da falta de voz, de conhecimento, do preconceito presentes nas relações entre as próprias mulheres e do mundo com elas, assim como sua própria consciência. Tal silenciamento representa situações vivenciadas em um universo feminino repleto de repressões. Determina o afastamento não só de duas irmãs, as personagens principais do conto, mas o afastamento das mulheres dos seus direitos, da sua liberdade e, conseqüentemente, da sua segurança.

Palavras-chave: silenciamento, violência, feminino, Jarid Arraes.

On female silence in the short story “Telhado quebrado com gente morando dentro”, by Jarid Arraes

Andre Rezende Benatti

Victoria Nantes Marinho Adorno

The short story “Telhado quebrado com gente morando dentro”, present in the book *Redemoinho em dia quente*, by the writer Jarid Arraes, tells the story of two sisters who struggle to break the barriers of silencing, patriarchy and sexual abuse. These barriers, according to Pierre Bourdieu (2010), are formed by symbolic violence, which impose relations of domination in order to create power structures. Elódia Xavier (1998) explains that patriarchy imposes masculine organization, structures, customs and social standards so that they are propagated as normally, stipulated by laws or from cultural actions assimilated by the masculine collective. Thus, as Heleieth Saffioti (1999) points out, between physical and symbolic violence, actions are always marked by brutality and psychological pressure towards the victim. Considering these aspects, the objective was to analyze silencing, the domain of patriarchy and violence represented in the story based on the studies of Pierre Bourdieu (2010), Eurídice Figueiredo (2020), Heleieth Saffioti (1999), Elódia Xavier (1998), Lia Machado (2006), Claude Dubar (2009), Simone de Beauvoir (2019), Judith Butler (2016; 2017) and Gayatri Spivak (2010). Through analytical reflection, it is concluded that the dominant silencing in the story is a reflection of the lack of voice and knowledge and the prejudice present in the relationships between the women themselves, and the woman with the world and with her own conscience. It determines the removal not only of two sisters, the main characters, but the removal of women from their rights, from their freedom and consequently from their security.

Keywords: silence, violence, feminine, Jarid Arraes.